



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Tornou-se hoje público que, pela primeira vez, há mais de 50.000 utentes que não têm acesso ao procedimento cirúrgico dentro dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG), no Serviço Nacional de Saúde (SNS), o que representará um aumento de 18% desde o início do ano.

Mais, de todos os hospitais do SNS (46), só 14 terão conseguido manter ou melhorar os resultados dos TMRG para cirurgia desde o início do ano, sendo que todos os outros 22 hospitais não os conseguiram cumprir, designadamente nas cirurgias oncológicas.

Em Agosto, estavam 245.000 utentes a aguardar uma cirurgia no SNS, mais 5.000 do que em Janeiro.

E os encaminhamentos para o SIGIC estão em risco, uma vez que as dívidas do Estado aos privados e setor social levam atrasos de mais de um ano.

Fica, assim, claro que o plano apresentado pelo Governo em abril para diminuir os tempos de espera para cirurgia e, também, para primeiras consultas de especialidade ficou longe de atingir os seus objetivos.

Há muito tempo que o CDS-PP tem vindo a alertar para o incumprimento dos TMRG tanto para cirurgias como para consultas de especialidade, tendo já questionado, oralmente e por escrito, por diversas vezes a Senhora Ministra da Saúde como, também, o Senhor Primeiro-Ministro. E temos questionado, também, sobre quais as medidas que o Governo tem estado a implementar para resolver o problema.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP entende que o investimento no SNS não tem sido o suficiente para fazer face às necessidades. Temos vindo, não só, a alertar para a urgência da

implementação de uma política de recursos humanos planeada e eficaz, como temos vindo, também, a alertar para a urgência da reposição e/ou reparação de equipamentos obsoletos nas unidades de saúde. Entendemos que estes aumentos de tempo de espera são consequência das cativações que o Governo tem vindo a fazer na área da saúde.

Apesar das várias promessas de resolução dos tempos de espera excessivos, os utentes do SNS têm cada vez mais comprometido o seu acesso atempado aos cuidados de saúde de que necessitam.

Tendo em conta a gravidade dos factos em causa, entende o CDS-PP voltar a questionar o Governo, no sentido de obter as necessárias explicações sobre o que, verdadeiramente, se está a passar no SNS em relação às listas de espera para cirurgia e para primeiras consultas de especialidade.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do Grupo Parlamentar do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer à Senhora Ministra da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

1 - Face aos dados noticiados hoje, relativos às listas de espera para cirurgia no SNS, que corroboram o que o CDS-PP tem vindo a alertar, que justificação apresenta V. Exa. para que haja mais de 50.000 utentes que não são operados dentro dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG), o que representará um aumento de 18% desde o início do ano?

2 - Que medidas está o Ministério da Saúde a tomar, e quais as que já foram tomadas, no sentido de resolver este problema com a urgência e brevidade necessárias?

3 - Não reconhece V. Exa. que as medidas que diz que o Governo tem vindo a tomar estão a ser insuficientes e ineficazes?

4 - São, ou não, estes aumentos dos tempos de espera consequência dos cortes e cativações que o Governo tem vindo a fazer na área da saúde – e que o CDS-PP tanto tem denunciado –, que têm vindo a limitar o SNS na sua capacidade de resposta?

5 - Com que prazos se compromete V. Exa. para que os TMRG para cirurgias e primeiras consultas hospitalares sejam efetivamente cumpridos?

6 - Não entende V. Exa. que o acesso dos utentes aos cuidados de saúde de que necessitam e em tempo clinicamente útil, independentemente da sua condição económica, deve ser a prioridade do Governo?

Palácio de São Bento, 20 de novembro de 2019

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)